



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

1.1. Credenciamento de Leiloeiros públicos oficiais, regularmente matriculados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG), para a prestação de serviços técnicos especializados de alienação de bens móveis e imóveis inservíveis ou desafetados de propriedade do Município de São Geraldo. O serviço abrange todos os atos necessários à avaliação, organização, divulgação, execução e prestação de contas do leilão, a ser realizado sem ônus financeiro para o Município de São Geraldo - MG, de acordo com as exigências e condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e demais anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN
01	Credenciamento de Leiloeiros públicos oficiais, regularmente matriculados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG), para a prestação de serviços técnicos especializados online e presencial, de alienação de bens móveis e imóveis inservíveis ou desafetados de propriedade do Município de São Geraldo.	SERV.

1.2. O serviço objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do edital, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente. Durante o período de vigência do credenciamento, os leiloeiros credenciados poderão ser convocados conforme a necessidade da Administração, observados os critérios e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

1.4. Considerando o art. 6º, inc. XXIII, alíneas 'b' e 'e' e o art. 40, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, esta cláusula estabelece que o detalhamento contido no Estudo Técnico Preliminar (ETP) arrolado aos autos do processo licitatório é a base fundamental para a elaboração deste Termo de Referência. O presente Termo de Referência respeita integralmente as diretrizes, requisitos e orientações contidas no referido Estudo Técnico Preliminar (ETP), assegurando a conformidade legal e técnica necessária para o processo licitatório em questão.

1.5. A convocação dos leiloeiros credenciados será realizada conforme a necessidade da Administração, respeitada a ordem de credenciamento, em sistema de rodízio, nos termos e condições definidos no edital, garantindo-se a impessoalidade, a isonomia e a transparência do procedimento.

1.6. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) referente ao exercício de 2025, em razão de o Município não ter elaborado o referido instrumento no período de transição para a plena vigência da Lei Federal nº 14.133/2021. Tal circunstância não impede a realização da presente contratação, a qual decorre de necessidade administrativa devidamente justificada e alinhada ao interesse público.

1.7. A contratação não implicará ônus financeiro para o Município, uma vez que a remuneração do leiloeiro ocorrerá exclusivamente por meio de comissão incidente sobre o valor obtido com a alienação dos bens, a ser suportada pelo arrematante, conforme previsto na legislação que regulamenta a atividade de leiloeiro oficial.

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.8. A fundamentação da contratação, bem como a justificativa dos quantitativos estimados, encontram-se devidamente detalhadas em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), que integra o presente Termo de Referência como documento complementar.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

1.9. A descrição da solução como um todo encontra-se detalhada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), que integra o presente Termo de Referência como documento complementar, nos termos da legislação aplicável.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

1.10. Os parâmetros de sustentabilidade aplicáveis à contratação encontram-se definidos em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), que integra o presente Termo de Referência como documento complementar, destacando-se o caráter ambientalmente responsável da alienação de bens inservíveis, com incentivo à reutilização e à destinação adequada dos bens públicos.

Subcontratação

1.11. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista que a condução dos leilões constitui atividade privativa do leiloeiro público oficial regularmente habilitado, nos termos da legislação específica que regulamenta a profissão.

Garantia da Contratação

1.12. Não será exigida garantia da contratação, prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando que a contratação não implica ônus financeiro para o Município, sendo a remuneração do leiloeiro vinculada exclusivamente ao êxito da alienação dos bens.

Vistoria

1.13. Não há necessidade de realização de vistoria ou avaliação prévia de local para fins de execução dos serviços, uma vez que a atuação do leiloeiro ocorrerá conforme a demanda administrativa, a partir das informações e avaliações patrimoniais previamente disponibilizadas pelo Município.

Observação sobre os requisitos de habilitação

1.14. Os requisitos de habilitação jurídica, técnica, fiscal e demais exigências aplicáveis aos interessados em participar do procedimento de credenciamento serão definidos exclusivamente no edital de chamamento público e em seus anexos, não se confundindo com os requisitos da contratação ora estabelecidos.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

1.15. A execução dos serviços ocorrerá mediante convocação do leiloeiro credenciado, conforme a necessidade da Administração Municipal, observados os critérios objetivos definidos no edital de credenciamento e no presente Termo de Referência.

1.16. A convocação do leiloeiro será formalizada por meio de instrumento próprio ou comunicação oficial, contendo a identificação dos bens a serem alienados, a modalidade do leilão, as datas previstas e demais orientações necessárias à execução dos serviços.

1.17. O leiloeiro convocado será responsável pela condução integral do leilão, abrangendo, no que couber, as etapas de avaliação, organização, divulgação, execução do certame e prestação de contas, em conformidade com a legislação aplicável e com as diretrizes estabelecidas pela Administração.

1.18. Caso o leiloeiro convocado não possa executar os serviços na data estabelecida, deverá comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima definida no edital, para fins de eventual redistribuição da demanda, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior.

1.19. A execução dos serviços poderá ocorrer de forma presencial, eletrônica ou híbrida, conforme definido pela Administração, não se restringindo a local físico específico, desde que observadas as normas legais e regulamentares pertinentes.

Materiais e Estrutura Operacional

1.20. Para a perfeita execução dos serviços, o leiloeiro deverá disponibilizar, às suas expensas, todos os recursos humanos, materiais, equipamentos, sistemas eletrônicos e meios de divulgação necessários à realização do leilão, inclusive plataforma eletrônica, quando aplicável.

Garantia da Execução dos Serviços

1.21. Não se aplica a exigência de garantia dos serviços, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza da contratação e a inexistência de ônus financeiro para o Município.

Responsabilidades da Contratada

1.22. Todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, inclusive aquelas relativas a deslocamento, estadia, alimentação, divulgação, operação de sistemas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e securitários, serão de exclusiva responsabilidade do leiloeiro credenciado.

1.23. O leiloeiro será integralmente responsável por eventuais danos pessoais, materiais ou morais causados à Administração ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços, bem como por infrações à legislação aplicável.

1.24. Caberá exclusivamente ao leiloeiro credenciado a responsabilidade pela correta execução dos serviços, observadas as normas legais, regulamentares e as condições estabelecidas no edital de credenciamento e neste Termo de Referência.

Procedimentos de transição e finalização do contrato



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



1.15. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

1.16. A execução dos serviços decorrentes do credenciamento deverá observar fielmente as condições estabelecidas no edital, no Termo de Referência, no termo de credenciamento e na legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

1.17. Em caso de superveniência de fatos que impeçam a realização do leilão na data prevista, a convocação poderá ser revista ou remarcada pela Administração, sem que isso gere direito à indenização, observadas as disposições do edital de credenciamento e da legislação aplicável.

1.18. As comunicações entre o órgão ou entidade e o leiloeiro credenciado deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, para esse fim, a utilização de meios eletrônicos, inclusive correio eletrônico, desde que assegurada a identificação das partes e a rastreabilidade das informações.

1.19. O órgão ou entidade poderá convocar o leiloeiro credenciado para a adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

1.20. Após a formalização do credenciamento ou da convocação para a execução do leilão, o órgão ou entidade poderá convocar o leiloeiro credenciado para reunião inicial, quando necessário, com a finalidade de alinhar procedimentos, esclarecer obrigações, definir formas de fiscalização, estabelecer diretrizes para a execução do leilão e tratar das sanções aplicáveis, nos termos do edital, do Termo de Referência e da legislação vigente.

Preposto

1.21. Quando houver, o leiloeiro credenciado poderá designar formalmente preposto para representá-lo perante a Administração, antes do início da execução do leilão, devendo constar no instrumento de designação os poderes e deveres atribuídos, especialmente no que se refere à execução das atividades e à interlocução com o órgão ou entidade.

1.22. Quando a execução do leilão ocorrer de forma presencial e houver designação de preposto, este deverá permanecer disponível durante a realização do certame para atender às demandas da Administração, sem prejuízo da responsabilidade direta do leiloeiro credenciado pela execução dos serviços.

1.23. A Administração poderá recusar, de forma motivada, a indicação ou a manutenção do preposto eventualmente designado pelo leiloeiro credenciado, hipótese em que deverá ser indicado outro representante, quando aplicável, sem prejuízo da responsabilidade direta do leiloeiro pela execução do objeto.

Fiscalização

1.24. A execução dos serviços decorrentes do credenciamento será acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) designado(s) pela Administração, ou por seus respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

1.25. A fiscalização ficará a cargo do servidor Edmilson Marques da Silveira, ou de seu substituto formalmente designado, por meio do telefone (32) 3556-1215 e do e-mail gerencia.compras@saogeraldo.mg.gov.br.

Fiscalização Técnica

1.26. O fiscal técnico acompanhará a execução dos serviços decorrentes do credenciamento, verificando o cumprimento das condições estabelecidas no edital, no Termo de Referência e na legislação aplicável, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, nos termos do Decreto nº 11.246, de 2022.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



1.27. O fiscal técnico registrará, em histórico próprio do credenciamento ou da execução dos serviços, todas as ocorrências relacionadas à realização dos leilões, indicando as medidas necessárias à regularização de eventuais falhas ou desconformidades verificadas, nos termos do art. 117, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 22, inciso II, do Decreto nº 11.246/2022.

1.28. Identificada qualquer inexistência, irregularidade ou desconformidade na execução dos serviços decorrentes do credenciamento, o fiscal técnico emitirá notificação ao leiloeiro credenciado para a correção das falhas verificadas, fixando prazo para saneamento, nos termos do art. 22, inciso III, do Decreto nº 11.246, de 2022.

1.29. O fiscal técnico informará ao gestor do credenciamento, em tempo hábil, as situações que demandarem decisão ou a adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que sejam adotadas as providências necessárias e saneadoras, se for o caso, nos termos do art. 22, inciso IV, do Decreto nº 11.246, de 2022.

1.30. Na ocorrência de situações que possam inviabilizar a execução do leilão nas datas previstas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do credenciamento, para a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 22, inciso V, do Decreto nº 11.246, de 2022.

1.31. O fiscal técnico comunicará ao gestor do credenciamento, em tempo hábil, o término da vigência do credenciamento ou da convocação sob sua responsabilidade, com vistas à adoção das providências necessárias quanto à prorrogação, encerramento ou realização de novo procedimento, nos termos do Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, inciso VII.

Fiscalização Administrativa

1.32. O fiscal administrativo acompanhará a manutenção das condições de habilitação do leiloeiro credenciado, bem como a regularidade da documentação exigida no edital de credenciamento, adotando as providências necessárias em caso de alteração ou perda dessas condições, nos termos do art. 23, incisos I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022, no que couber.

1.33. Em caso de descumprimento das obrigações decorrentes do credenciamento, o fiscal administrativo atuará tempestivamente para a solução da ocorrência, comunicando o fato ao gestor do credenciamento quando a situação ultrapassar a sua competência, para a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 23, inciso IV, do Decreto nº 11.246, de 2022.

Gestor do Contrato

1.34. O gestor do credenciamento coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, mantendo o registro formal das execuções realizadas, tais como convocações, registros de ocorrências, comunicações, ajustes procedimentais e demais atos relacionados à execução dos leilões, elaborando relatório quando necessário para avaliação da adequação do credenciamento às finalidades da Administração, nos termos do art. 21, inciso IV, do Decreto nº 11.246, de 2022.

1.35. O gestor do credenciamento acompanhará os registros realizados pelos fiscais, relativos às ocorrências verificadas na execução dos serviços decorrentes do credenciamento e às medidas adotadas, informando, quando necessário, à autoridade superior aquelas situações que ultrapassem a sua competência, nos termos do art. 21, inciso II, do Decreto nº 11.246, de 2022.

1.36. O gestor do credenciamento acompanhará a manutenção das condições de habilitação do leiloeiro credenciado, registrando eventuais ocorrências que possam comprometer a regular execução dos serviços ou a permanência no credenciamento, anotando-as em relatório próprio de riscos ou de acompanhamento, quando cabível, nos termos do art. 21, inciso III, do Decreto nº 11.246, de 2022.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



1.37. O gestor do credenciamento emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quanto ao cumprimento das obrigações decorrentes do credenciamento, com registro do desempenho do leiloeiro na execução dos leilões, com base em critérios objetivos definidos no edital e no Termo de Referência, bem como das eventuais penalidades aplicadas, devendo tais informações integrar o histórico de acompanhamento do credenciamento, nos termos do art. 21, inciso VIII, do Decreto nº 11.246, de 2022.

1.38. O gestor do credenciamento adotará as providências necessárias para a formalização de processo administrativo de responsabilização, visando à aplicação de sanções, quando cabível, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou setor competente, conforme o caso, nos termos do art. 21, inciso X, do Decreto nº 11.246, de 2022.

1.39. O gestor do credenciamento elaborará relatório final contendo informações sobre a consecução dos objetivos que motivaram o credenciamento, bem como eventuais recomendações para o aprimoramento dos procedimentos e das atividades administrativas relacionadas à alienação de bens, nos termos do art. 21, inciso VI, do Decreto nº 11.246, de 2022.

1.40. O gestor do credenciamento deverá encaminhar ao setor competente a documentação pertinente à formalização, ao registro e ao arquivamento dos atos relacionados à execução dos leilões e à gestão do credenciamento, para fins de controle, transparência e rastreabilidade administrativa.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1.41. A execução dos serviços será avaliada quanto ao cumprimento das obrigações, prazos e padrões definidos no edital e no Termo de Referência, bem como quanto à adequação da comunicação e da condução do leilão.

1.42. Verificada irregularidade na execução dos serviços, poderão ser aplicadas as medidas administrativas e sanções cabíveis, nos termos do edital e da legislação aplicável.

1.42.1. Não cumprir as obrigações assumidas no edital de credenciamento, no Termo de Referência ou no termo de credenciamento, comprometendo a regular execução do leilão;

1.42.2. Deixar de executar, ou executar de forma inadequada, incompleta ou em desacordo com os padrões mínimos exigidos, as atividades inerentes à condução do leilão, tais como organização, divulgação, execução do certame ou prestação de contas;

Do recebimento

1.43. Os A execução dos serviços decorrentes do credenciamento será objeto de verificação pelos fiscais técnico e administrativo, após a realização de cada leilão, mediante registro próprio, quando constatado o atendimento das exigências de caráter técnico e administrativo previstas no edital, no Termo de Referência e na legislação aplicável, nos termos do art. 140, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021, e dos arts. 22, inciso X, e 23, inciso X, do Decreto nº 11.246, de 2022, no que couber.

1.44. O prazo referido no item anterior será contado a partir do recebimento, pelo órgão ou entidade, de comunicação formal do leiloeiro credenciado, acompanhada da documentação comprobatória da realização do leilão e da prestação dos serviços correspondentes, para fins de verificação e registro pela fiscalização.

1.45. O fiscal técnico realizará a verificação técnica da execução dos serviços decorrentes do credenciamento, após a realização de cada leilão, mediante registro próprio que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico previstas no edital e no Termo de Referência, nos termos do art. 22, inciso X, do Decreto nº 11.246, de 2022, no que couber.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



1.46. O fiscal administrativo realizará a verificação administrativa da execução dos serviços decorrentes do credenciamento, após a realização de cada leilão, mediante registro próprio que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo previstas no edital e no Termo de Referência, nos termos do art. 23, inciso X, do Decreto nº 11.246, de 2022, no que couber.

1.47. O fiscal setorial, quando houver, realizará a verificação da execução dos serviços decorrentes do credenciamento, sob os aspectos técnico e administrativo, após a realização de cada leilão, mediante registro próprio.

1.48. Após cada leilão, o fiscal técnico avaliará o desempenho e a qualidade da execução dos serviços, registrando as conclusões em relatório encaminhado ao gestor do credenciamento.

1.48.1. A verificação da execução dos serviços será considerada concluída com a formalização do respectivo registro ou relatório de avaliação.

1.48.2. O leiloeiro credenciado ficará obrigado a corrigir, sanar ou regularizar, às suas expensas, eventuais falhas, vícios, inconsistências ou desconformidades verificadas na execução dos serviços decorrentes do credenciamento, cabendo à fiscalização registrar as pendências identificadas e acompanhar sua regularização, antes da conclusão da avaliação da execução do leilão, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas e sanções cabíveis.

1.48.3. A fiscalização não concluirá a avaliação da execução dos serviços decorrentes do credenciamento enquanto não forem sanadas todas as pendências, irregularidades ou desconformidades eventualmente identificadas durante a verificação da execução do leilão, nos termos do art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133/2021, no que couber.

1.48.4. A conclusão da verificação da execução dos serviços decorrentes do credenciamento ficará condicionada, quando cabível, à apresentação de toda a documentação exigida no edital e no Termo de Referência, especialmente aquela relacionada à prestação de contas, relatórios, atas e demais registros do leilão.

1.48.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, no edital de credenciamento e na legislação aplicável, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas e da aplicação das sanções cabíveis.

1.49. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o registro ou relatório detalhado deverá conter a descrição, a análise e a conclusão acerca das ocorrências verificadas na execução dos serviços decorrentes do credenciamento, sob os aspectos técnico e administrativo, bem como os demais documentos que entender necessários, devendo ser encaminhado ao gestor do credenciamento para fins de controle, acompanhamento e encerramento da avaliação da execução.

1.50. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

1.50.1. Será emitido documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento das obrigações decorrentes do credenciamento, com registro do desempenho do leiloeiro credenciado na execução dos leilões, com base em critérios e indicadores objetivamente definidos no edital e no Termo de Referência, bem como das eventuais penalidades aplicadas, devendo tais informações integrar o histórico de acompanhamento do credenciamento, nos termos do art. 21, inciso VIII, do Decreto nº 11.246, de 2022.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 1.50.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades ou desconformidades que comprometam a regular execução dos serviços decorrentes do credenciamento, indicar as disposições pertinentes do edital e do Termo de Referência, solicitando ao leiloeiro credenciado, por escrito, a adoção das medidas corretivas necessárias.
- 1.50.3. Emitir registro ou relatório conclusivo da verificação da execução dos serviços decorrentes do crescimento, com base nos relatórios e na documentação apresentados pela fiscalização, para fins de controle, acompanhamento e encerramento da avaliação da execução do leilão.
- 1.50.4. Comunicar formalmente ao leiloeiro credenciado a conclusão da verificação da execução dos serviços e o encerramento da avaliação do leilão, para fins de registro, acompanhamento e arquivamento administrativo.
- 1.50.5. Encaminhar a documentação pertinente aos setores comoetentes para fins de registro e arquivamento administrativo.
- 1.51. No caso de controvérsia sobre a execução dos serviços decorrentes do credenciamento, especialmente quanto à regularidade, qualidade ou conformidade da condução do leilão, deverá ser observado, no que couber, o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, assegurando-se o registro da ocorrência, o contraditório e a ampla defesa, bem como a adoção das providências administrativas cabíveis para a solução da controvérsia.
- 1.52. Não será concluída a verificação da execução dos serviços decorrentes do credenciamento enquanto pendente a solução, pelo leiloeiro credenciado, de inconsistências ou irregularidades identificadas na execução do leilão ou na documentação apresentada.
- 1.53. A conclusão da verificação da execução dos serviços decorrentes do credenciamento não inclui a responsabilidade civil do leiloeiro credenciado, nem sua responsabilidade ético – profissional pela regular, segura e adequada condução do leilão, nos termos da legislação aplicável.

Liquidação

1.54. Não se aplica prazo de liquidação ou pagamento no presente credenciamento, tendo em vista que a execução dos serviços de leiloeiro público oficial ocorrerá sem ônus financeiro para o Município, sendo a remuneração do leiloeiro realizada diretamente pelos arrematantes, conforme legislação aplicável e condições estabelecidas no edital de credenciamento.

Prazo de pagamento

1.55. Não se aplica prazo de pagamento no presente credenciamento, tendo em vista que a execução dos serviços de leiloeiro público oficial ocorrerá sem ônus financeiro para o Município, sendo a remuneração do leiloeiro realizada diretamente pelos arrematantes dos bens, conforme legislação aplicável e condições estabelecidas no edital de credenciamento.

1.56. A remuneração do leiloeiro credenciado dar-se-á exclusivamente por meio de comissão incidente sobre os bens alienados em leilão, suportada pelos arrematantes, nos termos do art. 24 e parágrafo único do Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, observado o percentual de até 5% (cinco por cento) para bens móveis sobre mercadorias, semoventes, joias e outros efeitos e de até 3% (três por cento) para bens imóveis, não gerando qualquer ônus financeiro ao Município.

Forma de pagamento

1.57. O Não se aplica pagamento pelo Município, uma vez que a remuneração do leiloeiro é realizada diretamente pelos arrematantes.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Antecipação de pagamento

1.58. Não se aplica antecipação de pagamento no presente credenciamento, tendo em vista que a execução dos serviços de leiloeiro público oficial ocorrerá sem ônus financeiro para o Município, sendo a remuneração do leiloeiro realizada diretamente pelos arrematantes, inexistindo pagamento a ser antecipado pela Administração.

Cessão de crédito

1.59. Não se aplica a cessão de crédito ou cessão fiduciária de direitos creditícios no presente credenciamento, tendo em vista que não há geração de crédito contra o Município, inexistindo pagamento, liquidação ou obrigação financeira da Administração Pública.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

1.60. A seleção dos interessados ocorrerá por meio de **procedimento de credenciamento**, caracterizado como **procedimento auxiliar**, nos termos dos arts. 78, inciso I, e 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, com **contratação paralela e não excludente**, mediante chamamento público, admitida a apresentação de requerimentos de credenciamento por meio eletrônico ou presencial, conforme condições estabelecidas no edital.

1.61. A habilitação no credenciamento não implicará classificação competitiva. A convocação dos leiloeiros credenciados ocorrerá por rodízio, conforme ordem objetiva previamente definida no edital, assegurada a isonomia entre os credenciados.

1.62. O leiloeiro credenciado será integralmente responsável por todas as despesas necessárias à execução dos serviços, incluindo, quando houver, custos de transporte, estadia, alimentação, seguros, divulgação, infraestrutura operacional e quaisquer outros encargos relacionados à realização do leilão, não cabendo ao Município qualquer ônus financeiro.

1.63. O interessado no credenciamento deverá informar, no momento do requerimento de credenciamento, o nome do responsável pelo atendimento junto à Administração, bem como telefone e endereço de e-mail para fins de comunicação, convocações e tratativas relacionadas à execução dos leilões.

1.64. No requerimento de credenciamento, o leiloeiro deverá indicar o responsável pelo atendimento junto ao Município, informando nome completo, telefone e endereço de e-mail para fins de comunicação, convocações e tratativas relacionadas à execução dos leilões.

Regime de execução

1.65. O regime de execução dos serviços decorrentes do credenciamento será **sob demanda**, sem exclusividade, sem vínculo empregatício e **sem ônus financeiro para o Município**, sendo a atuação do leiloeiro limitada à efetiva realização dos leilões para os quais for convocado, nos termos do edital e da legislação aplicável.

1.66. Exigências de habilitação

1.67. Para fins de participação no procedimento de credenciamento, os interessados deverão comprovar o atendimento aos requisitos de habilitação previstos neste Termo de Referência e no edital, observadas as disposições da legislação aplicável.

1.68. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

PESSOA JURÍDICA:



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Habilitação jurídica

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado de suas eventuais alterações ou da consolidação vigente;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- c) Comprovação de que o objeto social é compatível com a atividade de leiloeiro, quando aplicável;
- d) Comprovação de que o leiloeiro responsável encontra-se regularmente matriculado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, nos termos do Decreto nº 21.981/1932.

1.69. Não será admitida a participação de Microempreendedor Individual – MEI no presente credenciamento, tendo em vista a natureza regulamentada da atividade de leiloeiro público oficial, que exige matrícula na Junta Comercial, nos termos do Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932.

1.70. Sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores, bem como comprovação de que o leiloeiro responsável encontra-se regularmente matriculado na Junta Comercial competente, nos termos do Decreto nº 21.981/1932.

1.71. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização para funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento no País, a qual será considerada como sua sede, nos termos da Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020, bem como comprovação de que o leiloeiro responsável encontra-se regularmente matriculado na Junta Comercial competente, nos termos do Decreto nº 21.981/1932.

1.72. Quando o interessado participar do credenciamento por meio de filial, sucursal ou agência, deverá comprovar o registro do respectivo estabelecimento na Junta Comercial competente, bem como a vinculação com a empresa matriz e a matrícula do leiloeiro responsável.

1.73. Os documentos apresentados para fins de habilitação deverão estar acompanhados de todas as alterações contratuais ou da respectiva consolidação vigente.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

1.74. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

1.75. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União – DAU, inclusive aqueles relativos às contribuições sociais, nos termos da legislação vigente.

1.76. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, quando aplicável, sendo dispensada a apresentação da certidão para o leiloeiro pessoa física ou para a pessoa jurídica que comprove não possuir empregados.

1.77. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

1.78. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, quando aplicável, relativa ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do credenciamento.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



1.79. Prova de regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do interessado, quando aplicável, relativa à atividade exercida e compatível com o objeto do credenciamento.

1.80. Caso o interessado seja legalmente isento de tributos estaduais e/ou municipais relacionados à atividade exercida no âmbito do credenciamento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela respectiva Fazenda do seu domicílio ou sede, ou outro documento equivalente, na forma da legislação aplicável.

Qualificação Econômico-Financeira

1.81. Certidão Para fins de qualificação econômico-financeira, quando o interessado for pessoa jurídica, será exigida a apresentação de certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do interessado, nos termos do art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

1.82. Em razão da natureza do procedimento de credenciamento e para fins de verificação da idoneidade econômico-financeira, **quando o interessado for pessoa jurídica**, a documentação exigida limitar-se-á à apresentação de certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do interessado, nos termos da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, observada a validade indicada no próprio documento.

1.83. Em razão da natureza do procedimento de credenciamento e da inexistência de ônus financeiro para o Município, fica dispensada a exigência de apresentação de balanço patrimonial, demonstrações contábeis, índices econômico-financeiros ou quaisquer outros documentos contábeis, limitando-se a qualificação econômico-financeira, quando aplicável, à certidão negativa de falência ou recuperação judicial, nos termos da legislação vigente.

1.84. Essa cláusula fundamenta-se no entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a necessidade de equilíbrio nas exigências de qualificação econômico-financeira. Baseia-se em jurisprudência consolidada, como os Acórdãos 1214/2013-TCU-Plenário, 2763/2016-TCU-Plenário e 1.335/2010-TCU-Plenário, que reforçam a importância de não estabelecer exigências que restrinjam a participação de interessados no procedimento licitatório.

Qualificação Técnica

1.85. A qualificação técnica será comprovada exclusivamente pela matrícula vigente do leiloeiro na Junta Comercial competente, nos termos do Decreto nº 21.981/1932.

PESSOA FÍSICA:

1.86. Cópia do documento oficial de identificação com foto (RG) e do CPF;

1.87. comprovante de residência atualizado;

1.88. Comprovação de matrícula ativa como leiloeiro público oficial na Junta Comercial competente, nos termos do Decreto nº 21.981/1932;

1.89. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal do domicílio do interessado, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

1.90. A presente contratação não implica desembolso de recursos públicos, inexistindo, portanto, estimativa de valor global, conforme consignado no Estudo Técnico Preliminar.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.91. A presente contratação não gera despesa para o Município, não havendo necessidade de previsão ou adequação orçamentária, uma vez que a remuneração do leiloeiro ocorrerá exclusivamente por meio de comissão incidente sobre o valor dos bens efetivamente alienados em leilão, nos termos da legislação vigente.

1.92. Em razão da inexistência de ônus financeiro para o Município, a presente contratação não demanda indicação de dotação orçamentária nem a prática de atos de empenho, liquidação ou pagamento, conforme registrado no Estudo Técnico Preliminar.

1.93. O foro competente para dirimir as controvérsias do presente processo é o da Comarca de Visconde do Rio Branco-MG, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº10.153/2.009 ou do art. 59, da Lei Complementar Estadual nº059/2001.

São Geraldo, 23 de dezembro de 2025.

GUILHERME CHRISTIAN BHERING VIANA
ASSESSOR PATRIMONIAL
GESTOR DO CONTRATO

EDMILSON MARQUES DA SILVEIRA
DIRETOR DE FINANÇAS
FISCAL DO CONTRATO